



INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS

**VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE LISBOA
A DEFESA DA EUROPA E O CONSENSO ATLÂNTICO**

15-17 de Dezembro de 1988

DISCURSO DE ENCERRAMENTO

Eurico de Melo

Vice Primeiro-Ministro e ministro da Defesa

I – Aceitei, com muito gosto, e agradeço, o convite feito para apresentar, em breves palavras, a minha análise do tema:

"Portugal e a Defesa da Europa"

Lembrarei a todos os presentes:

Ainda não totalmente consolidada a independência de Portugal (estamos em meados do século XII) e já o nosso primeiro rei combatia o invasor da Europa.

Começamos cedo.

Fixadas as fronteiras, já Portugal, constituído *povo* e *nação*, se voltava para o mar, descobrindo continentes, conhecendo novos povos e criando novas nações: connosco a Europa expandiu-se em cultura e civilização.

Também aí fomos pioneiros.

Oito séculos de história em que Portugal não só *defendeu* mas ajudou a *expandir* a Europa.

Hoje somos como éramos, decorridos muitos séculos:

Somos país integrado na Europa continental e na Europa mar;

Somos animicamente portugueses e europeus;

Somos intransigentes defensores de Portugal, da Europa e dos seus valores;

E queremos continuar como povo *livre* e nação *íntegra*.

Encontramo-nos ligados à Europa pela geografia mas também temos com a Europa relações e compromissos políticos que aceitamos e cumprimos de livre vontade.

II – Em matéria de defesa tem especial relevo a nossa participação na

Aliança Atlântica

União da Europa Ocidental.

Aceitamos *integralmente* os textos básicos daquela organização e desta união, porque os julgamos adequados ao *quadro de alianças* que reforça os objectivos nacionais permanentes de defesa.

Dentro destas premissas, o nosso contributo para a defesa da Europa tem *importantes especificidades* que convém destacar e esclarecer:

1. Fomos e somos aliados fiéis das nações do mundo ocidental com quem estabelecemos compromissos e *assim seremos*, desde que haja o cumprimento bilateral de qualquer acordo assinado;

2. Temos uma valiosa posição geoestratégica, como *nação euro-atlântica*, em zonas vitais para a defesa da Europa, onde, por relevantes questões de soberania, só admitimos o controle e a cooperação com forças e comandos militares da Aliança Atlântica;

3. Temos *comprometidas forças militares* para a Aliança Atlântica e admitimos uma maior contribuição das nossas forças armadas, desde que admitida, consensualmente, no seio da Aliança Atlântica, uma nova doutrina de repartição de riscos, missões e responsabilidades;

4. Para *reforço da defesa nacional*, que é também defesa da Europa, continuamos uma política de modernização, nomeadamente, reestruturação, redimensionamento e reequipamento das nossas forças armadas, dentro dos limites da dimensão nacional e dos recursos financeiros disponíveis;

5. Mantemos os *acordos bilaterais*, em matéria de defesa, firmados com países nossos aliados, membros da Aliança Atlântica e que, designadamente, permitem:

melhorar o reforço rápido para a Europa;

treino de forças armadas europeias em território nacional;

controle e rastreio de satélites e veículos espaciais;

6. Desenvolvemos relações especiais de cooperação com países não membros da Aliança situados em zonas periféricas sensíveis, nomeadamente, os países africanos de expressão portuguesa.

III – As nossas acções e a nossa colaboração para a defesa da Europa, não se confinam aos compromissos e à dinâmica acima referidos.

Como parceiros da comunidade Económica Europeia damos presença e força a uma comunidade de nações europeias que prossegue fins comuns de desenvolvimento e solidariedade nos campos económico, social e cultural.

Todas estas acções reforçam a unidade da Europa.

Pena que o Tratado de Roma, e a vontade singular de alguns dos nossos parceiros, não permita a extensão à comunidade dos assuntos de segurança e defesa.

A nossa adesão à *União da Europa Ocidental* permitirá, em paralelo com as acções da comunidade, reforçar, *também connosco*, a vontade de defesa colectiva da Europa Ocidental, dentro de grandes parâmetros que aceitamos e defendemos:

1. A vontade de defesa colectiva dos países parceiros na UEO inscreve-se no reforço de defesa da Aliança Atlântica;

2. A política de defesa integrada é o único meio de impedir a feudalização dos países da Europa a países conjunturalmente mais fortes;
3. Aceitamos a procura e definição de uma estratégia de redução de armas para se atingir uma defesa equilibrada ao mais baixo nível de armamentos.

Concluindo:

A participação activa de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico, na Comunidade Económica Europeia, na União da Europa Ocidental, no grupo europeu independente de programas, acrescida de uma prática de desenvolvimento interno em muitas matérias que são contributo directo e indirecto para a defesa própria são factos que claramente demonstram o empenho de Portugal e a sua contribuição para a defesa da Europa.